

Direitos das Mulheres – evolução histórica

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização 24.02.2023

Evolução do ordenamento jurídico brasileiro na conquista dos direitos das mulheres.

Legislação Federal	
Legislação	Ementa/Artigo
<u>Lei nº 13.894, de 29 de outubro de 2019</u>	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência e para tornar obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os serviços de assistência judiciária ajuizarem as ações mencionadas; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever a competência do foro do domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para a ação de divórcio, separação judicial, anulação de casamento e reconhecimento da união estável a ser dissolvida, para determinar a intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, e para estabelecer a prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.
<u>Lei nº 13.769, de 19 de dezembro de 2018</u>	Esta Lei estabelece a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e disciplina o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação.
<u>Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018</u>	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

<u>Lei nº13.104, de 9 de março de 2015</u>	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos.
<u>Lei nº13.112, de 30 de março de 2015</u>	Altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho.
<u>Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006</u>	Cria mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher; altera o Código de Processo Penal, o código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
<u>Lei nº11.106, de 28 de março de 2005</u>	Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.
<u>Lei nº10.406, de 10 de janeiro de 2002</u>	Institui o Código Civil.
<u>Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990</u>	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
<u>CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988</u>	O artigo 7º inciso XXX da Constituição Federal estabelece que é proibida a diferença a diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
<u>Lei nº6.615, de 26 de dezembro de 1977</u>	Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.
<u>Lei nº4.121, de 27 de agosto de 1962</u>	Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.
<u>CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946</u>	A Constituição de 46 estabeleceu o direito de mulheres votarem e serem votadas.

CNJ

Legislação	Ementa/Artigo
<u>RESOLUÇÃO CNJ Nº 369, DE 19 DE JANEIRO DE 2021</u>	Estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código

	de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs no 143.641/SP e no 165.704/DF.
<u>CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CNJ n. 27, de 2 de fevereiro de 2021</u>	Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero 2021 - CNJ
<u>Resolução CNJ nº 255, de 4 de setembro de 2018</u>	Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. Alterado pela Resolução nº 418, de 20 de setembro de 2021.
<u>Resolução CNJ nº 254, de 4 de setembro de 2018</u>	Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências.

Legislação Estadual	
Legislação	Ementa/Artigo
<u>Lei nº 9878, de 13 de outubro de 2022</u>	Fica assegurado o direito das mulheres de terem acompanhante, uma pessoa de sua livre escolha nas consultas e exames em geral nos estabelecimentos públicos e privados de saúde no Estado do Rio de Janeiro.

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria-Geral de Administração**

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br